



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MIRIA ALVES DA SILVA

MEMORIAL DO LIVRO-REPORTAGEM
SINHÁ PRETA: AFRICANA DE “SANGUE NO OLHO”

Salvador
2017

MIRIA ALVES DA SILVA

SINHÁ PRETA: AFRICANA DE “SANGUE NO OLHO”

Memorial do Livro-Reportagem Sinhá Preta: africana de “sangue no olho” apresentado ao curso de Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Professor PhD. Fernando Conceição.

Salvador
2017

Resumo

Este memorial é uma exposição da minha trajetória na universidade e o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA). A trajetória acadêmica será narrada de forma sucinta, mesclando com o processo inicial que desencadeou na escolha do tema do trabalho final. O resultado do trabalho é um livro-reportagem intitulado: Sinhá Preta – africana de “sangue no olho”. Relato da história e vida da africana Maria da Motta, irmã fundadora da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira traçado através da análise do Inventário de morte do marido (1855-1869). O trabalho narrativo apresenta o protagonismo de uma mulher africana, não alfabetizada, em uma sociedade escravocrata e patriarcal, que soube se impor até mesmo na área jurídica.

Palavras-chave: Trajetória acadêmica, a construção do TCC.

APRESENTAÇÃO

O livro-reportagem *Sinhá Preta* – africana de “sangue no olho” faz parte da busca por minhas raízes. Meu objetivo nesse trabalho foi agregar o olhar acadêmico sobre a história dos antepassados africanos em Cachoeira, sem perder a influência da “contação de histórias” como aprendi na vivência nos terreiros de Candomblé.

Tudo começou no dia 14 de Fevereiro de 2011, dia para matrícula de calouros na UFBA, onde tinha sido aprovada no BI de Ciências e Tecnologia, como também na UFRB onde fui aprovada em Comunicação Social- Jornalismo. Tinha que tomar uma decisão em qual das duas Universidades Federais iria me matricular. Influenciada pelo saudoso escritor João Ubaldo Ribeiro, que à época frequentava minha casa na Ilha de Itaparica por ser amigo do meu esposo Calvin Womble, escolhi fazer Jornalismo.

Mais de 80% da minha Graduação em Jornalismo foi construída no Centro de Artes Humanidades e Letras na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em Cachoeira (CAHL/UFRB). Estar em uma universidade dentro de uma cidade histórica, de forte influência cultural africana foi mais que um ganho intelectual, foi um aprendizado que demarcou minha vida como um ponto meridional; quem eu era antes e quem sou depois dessa experiência.

Estar em Cachoeira, terra natal do meu pai, onde cada canto da cidade fez parte da trajetória da minha família desde o início do século XIX, tempos dos meus tataravôs: o africano Jozé Raimundo Pereira e o português Martinniano Ferreira dos Santos, foi saber de onde vim, para assim planejar onde quero chegar.

Greves estudantis, de docentes e técnicos na UFRB fizeram com que em 2015, já no 7º semestre, ingressasse para conclusão da graduação na UFBA. Sendo obrigada por regulamento a refazer mais três semestres na Facom/UFBA. Em meu memorial não poderia deixar de externar a satisfação que esse “retrocesso” me proporcionou. Fora a oportunidade de aprendizado com os (as) professores (as): Fábio Sadao, José Mamede, Cleidiana Ramos, Washington, Wilson Gomes, Malu Fontes, Moisés Lino e Silva de Antropologia I do *campus* São Lázaro, e em especial ter o professor Fernando Conceição como meu Orientador.

INTRODUÇÃO

Adoro contar histórias. Digo isto, pois nesse memorial não seguirei a regra acadêmica formal de construção de um relatório, apesar da tentativa. Farei a vez de um viajante que escreve em seu diário sua vivência, acontecimentos e fatos que sua memória arquivou. Pois esse processo de pesquisa de cinco anos para a construção dessa biografia historiográfica, fora uma viagem ao passado por mim não vivido, mas construído por meus ancestrais.

Era uma quarta-feira 26 de outubro de 2011, munida de bloco de anotações, lápis e uma câmera fotográfica digital doméstica estava pronta para construir em fotos e relatos mais uma postagem para meu blog *cachoeirabahia.blogspot.com.br*, que se propunha a fazer com que o leitor conhecesse cada canto da cidade de Cachoeira sem sair de casa (o google maps ainda não havia chegado na cidade). Este dia iria apresentar o bairro mais negro da cidade de Cachoeira; o Rosarinho e suas ladeiras, cemitérios e igreja. Tinha uma motivação especial, que era rever o cemitério dos africanos anexo à Igreja de Nossa Senhora do Rosarinho, além da tumba dentro da igreja, onde foram enterrados o meu tataravô Jozé Raimundo Pereira, minha bisavó Maria Clementina dos Anjos e o avô Symplício Pereira da Silva.

Em busca por informações e relatos dos moradores antigos do lugar, conheci uma senhora muito idosa, que a memória me falha seu nome, que me contou uma história (estória) fabulosa. Pegando em minha mão esquerda aproximou-se de mim como quem iria contar um segredo ou fuxico. Curvei-me em direção ao seu rosto enrugado, mas de semblante meigo e agradável. Então ela me disse baixinho:

— Aí nesse cemitério – apontando com leve curvar da cabeça em direção ao cemitério dos africanos – foram enterrados os dois maiores feiticeiros que já existiu em Cachoeira, Zé de Brechó e Salacó.

Não era a primeira vez que tinha ouvido falar deles, mas nunca tivera visto alguém falar com tanto temor e respeito. E continuou:

— Eles eram irmãos, e um ficava testando feitiço no outro para ver quem era o mais forte. O mais velho Zé de Brechó morreu com o feitiço feito pelo irmão, e sete dias depois, o morto veio buscar o irmão mais novo.

Ela - vou nominá-la de Senhorinha - D. Senhorinha acreditava mesmo no que estava a me contar. Porém não fora exatamente assim que sucedera a morte dos irmãos, como conta a mitologia sobre eles na cidade. Le Goff (1990) apresenta que a memória coletiva tende a confundir a história e o mito. Zé de Brechó (Jozé Maria Belchior) faleceu de sífilis em 1902 e Salacó (Antônio Maria Belchior) faleceu em 1904, quase dois anos completos depois da morte do irmão. Porém o que mais me chamou a atenção foi quando ela disse que a mãe deles se chamava Maria da Motta. Já tinha ouvido falar de Maria da Motta, porém não como a mãe dos “maiores feiticeiros” que existiram na cidade. Sabia que ela era a fundadora da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira, e que eu carregava a mesma qualidade de Vodum que ela tivera: *Oya Inãn*¹.

A partir daquele momento me interessou saber mais sobre os irmãos feiticeiros², em especial o Zé de Brechó, que diziam ser mais “poderoso” que o irmão Salacó. Pesquisei sobre os irmãos em livros e ouvi muitos relatos da oralidade sobre eles. Sob influência da disciplina Oficina de Texto no primeiro semestre na UFRB, ministrada pelo professor Dr. Carlos Ribeiro, a quem sou eternamente grata por todo aprendizado, tive contato com os *Gêneros Jornalísticos* e me encantei pelo jornalismo literário, em especial pelo livro-reportagem, após ler o livro **A sangue frio** de Truman Capote. Literatura decisiva que me fez planejar, desde o primeiro semestre, qual o gênero que utilizaria em meu trabalho final.

Fiz várias pesquisas a fim de saber mais sobre Zé de Brechó. Fruto dessa pesquisa escrevi um artigo, já com estilo literário, que publiquei em dois eventos no ano de 2012: Fórum Internacional 20 de Novembro da UFRB e no III Encontro Estadual de Educação e Relações Étnicas da UESB, sob título “A elite negra cachoeirana no período de 1880-1902”. Neste artigo apresentei nomes e trajetórias de africanos, africanas, e crioulos que tiveram proeminência política e econômico-social na cidade de Cachoeira, em especial, Jozé Maria Belchior (Zé de Brechó), sendo o recorte do período, a data que ele fora presidente da Sociedade Montepio dos Artistas Cachoeiranos até o ano de sua morte.

¹ Mais conhecido pelo nome iorubano de Iansã.

² Para mais informações sobre o tema, ver: BRAGA, Júlio. Feitiçaria e Credulidade Pública. In: **A Cadeira de Ogã e Outros Ensaio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

Maria da Motta e suas três filhas; Maria Aniceta, Magdalena e Juliana e muitas outras mulheres africanas e crioulas foram apresentadas no referido artigo, como pertencentes a uma elite econômica de mulheres negras. Conhecidas como as “mulheres do partido alto” e todas eram confrades na Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira, como também pertenciam a algum terreiro de candomblé da região. O livro *Bitedô* do historiador Luiz Claudio Nascimento fora a biografia principal na construção do artigo.

As publicações acadêmicas de artigos, crônicas e matérias de cultura sempre fizeram parte da minha trajetória na universidade desde o primeiro semestre. Meu primeiro artigo apresentei no III Congresso Baiano de Pesquisadores Negros em 2011 sob título: “Os processos de comunicação social da ciência em Cachoeira”, baseado na pesquisa de campo realizada junto ao Grupo de Pesquisa Cultura Científica Gênero e Jornalismo, coordenado pela Dr^a Maria de Fátima Ferreira. Minha primeira matéria publicada foi no jornal colombiano EL Universal em 11/10/2011, sobre o samba de roda do Recôncavo “Una mirada a la Casa de la Samba”. Fui aluna campeã em publicações pertencente ao Programa de Permanência Qualificada (PPQ-UFRB), me mantendo no topo mesmo depois de um ano e meio como ex-aluna da instituição, já como aluna da UFBA.

ESCOLHA DO TEMA

O tema do Trabalho de Conclusão de Curso já havia escolhido no momento em que fiquei sabendo da história dos maiores feiticeiros do Recôncavo, que era falar sobre uma elite africana de Cachoeira. A escolha do objeto que iria analisar não fora inicialmente Maria da Motta, e sim, o seu filho “feiticeiro” Jozé Maria Belchior (Zé de Brechó). Todas as biografias que falavam dele, como: *O poder dos Candomblés* de Edmar Ferreira, *Bitedô* de Luiz Claudio Nascimento, em especial o livro do Dr. Luiz Nicolau Pares, *A Formação do Candomblé*, sempre protagonizaram os homens da família Belchior. Maria da Motta aparecia como a esposa de Belchior Rodrigues de Moura, mãe dos maiores “feiticeiros” do Recôncavo ou fundadora da Irmandade da Boa Morte.

Eu estava indo pelo mesmo caminho que os pesquisadores citados, até ter acesso ao Inventário de morte de Belchior Rodrigues de Moura. Levei um choque inicial quando li o Inventário pela primeira vez, minto, inicial não, por semanas alimentei uma raiva e desprezo por Maria da Motta. Porém amadureci no decorrer da análise do Inventário e pude perceber que não era raiva dela. Eu estava sentindo o meu mundinho “afrovitimista” cair. Meu repertório educacional adquirido integralmente em escolas públicas, do fundamental à graduação, não me ensinaram que africanos no Brasil tiveram escravos. E sim, que sempre foram escravizados e formou após a “benevolência” da princesa Isabel o contingente das favelas do país, de onde teoricamente eu deveria ser oriunda.

Digo teoricamente, pois, fora durante a pesquisa sobre Maria da Motta que descobri a história da minha família, onde meus antepassados africanos nunca foram escravizados e sim escravocratas. Meu tataravô Jozé Raimundo Pereira era dono de frotas de tropeiros constituídas por seus escravos, todos africanos como ele. Meu tataravô foi consórcio de Belchior Rodrigues de Moura e Maria da Motta, além de ser oriundo do Benin, Costa da África como o casal personagem principal do trabalho biográfico.

Consócios são indivíduos que se encontram realmente, pessoas que se encontram umas com as outras em qualquer lugar no curso da vida cotidiana. Eles compartilham, assim, embora breve ou superficialmente, de uma comunidade não apenas no tempo, mas também no espaço (GEERTZ, 1973).

Outro ponto que me incomodou profundamente ao ler o Inventário fora ver Maria da Motta como uma Ialorixá que “desrespeitava as obrigações religiosas do Candomblé”. Não admitia que sendo ela mãe-de-santo não guardasse o resguardo de luto³ do marido, que leva de três a sete dias. Minhas concepções religiosas fundamentalmente judaico-cristãs até aos dezoito anos de idade, que ainda guardo ranços, não admitia que o livre arbítrio e total responsabilidade por seus atos são fundamentais no Candomblé. Uma religião sem dogmas ou doutrinas, onde a fé e o culto aos elementos da natureza são os manuais de disciplina e conduta.

Quando li o Inventário pela sexta vez foi com olhar de admiração por uma mulher que estava “além do seu tempo”. Então a raiva e o desprezo se transformaram em admiração. Assim, a análise fora construída apresentando Maria da Motta e suas relações Interétnicas com outros africanos, com os poderosos barões e comendadores da cidade de Cachoeira. Quebrando todos os paradigmas estabelecidos no século XIX de como deveria se comportar uma mulher, africana, viúva, religiosa e Sinhá.

³ Conhecido como Axexê (sirrum) é uma cerimônia fúnebre que ocorre nos terreiros quando um membro morre.

ESCOLHA DO GÊNERO

Como disse na apresentação deste memorial, a escolha do gênero fora anterior à escolha do tema. Motivada pela possibilidade de narrar algo factual em linguagem muito utilizada pelos materiais literários ficcionais, após ler o clássico do *new journalism* **A sangue frio** de Truman Capote, fui além. Ousei utilizar um documento histórico do século antepassado como fonte base para construção de um livro-reportagem historiográfico.

Muitos me questionam porque não fiz um filme documentário. Minha resposta fora sempre que, quando damos rostos aos nossos personagens nós tolhemos a imaginação do leitor. Por isto escolhi fazer um livro-reportagem, pois desejo que cada pessoa construa em seu imaginário, de acordo com o seu repertório cultural, como seriam os personagens que aparecem na biografia.

Aprendi no curso de jornalismo que uma simples narrativa não dá conta do fazer jornalístico. Para tal é preciso um procedimento metodológico minucioso dos fatos, preenchendo as perguntas do lead (quem, quando, onde, como, por que, e o que). Porém, as descrições objetivas dos fatos em uma abordagem metodológica jornalística, não dão conta da análise das inter-relações dos indivíduos e seus comportamentos culturais. Suprindo esta lacuna, busquei na antropologia, através de uma abordagem hermenêutica a interpretação dos eventos em seu contexto histórico.

O fato da fonte de pesquisa ser um documento histórico, não impede que seja usado na elaboração de uma grande-reportagem, como explica Rocha, Xavier:

O acontecimento não tem o mesmo sentido para o historiador e para o jornalista, pois os seus pontos de vista diferem: o primeiro busca uma série de fatos, enquanto o segundo espera encontrar o fato único. O livro-reportagem por sua vez pode estar no meio dos dois interesses, é menos abrangente que o do historiador, mas mais amplo do que o do jornalista, pelo menos aquele dedicado ao noticiário. (ROCHA, XAVIER, 2013)

PRODUÇÃO DO LIVRO

O produto livro-reportagem historiográfico *Sinhá preta: africana de “sangue no olho”* material apresentado para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação – Jornalismo, na disciplina TCC - Trabalho de Conclusão de Curso fora construído da seguinte forma: leitura de bibliografias relacionadas ao tema, à cidade de Cachoeira, e fatos históricos do período, leitura do Inventário destacando fatos, clipagem de material jornalístico sobre alguns fatos da época, análise biográfica de todos os nomes que aparecem no relatório inventarial, produção do livro e produção do memorial.

A escolha do título da obra é uma maneira lúdica que ao tempo em que remete a uma expressão racista, também a uma forma de tratamento. Quando criança, alguns coleguinhas quando queriam me ofender dizia: “sinha preta do bozó” que na realidade queriam dizer (sua preta do ebó). A expressão Sinhá era forma de tratamento usado pelos escravos para com sua dona, e por outras pessoas em sinal de respeito. A expressão “sangue no olho” é comumente usada na Bahia para se referir a alguém que não se submete a desagravos, uma pessoa valente que é capaz de tomar atitudes extremas quando lhe tentam prejudicar de alguma forma.

A leitura bibliográfica relacionada ao tema, já fazia parte da minha leitura cotidiana, porém fiz releituras após ter tido contato com o Inventário, destacando informações importantes. O Inventário junto com o Testamento de Belchior Rodrigues de Moura, já não pode mais ser manuseado devido ao estado avançado de deterioração de suas páginas. Alguns documentos que fazem parte do processo inventarial, como as petições e carta de alforria do escravo africano de Maria da Motta, por nome Agostinho, ainda podem ser manuseados.

Como o Inventário é um documento jurídico e havia citações de algumas leis imperiais, uma das fontes utilizadas foi repositório de leis no site do Planalto do Governo Federal. Para ter acesso as Leis e Decretos do Império e análise de seu conteúdo, para um então entendimento dos tramites processuais da partilha.

Recebi o Inventário transcrito em sua íntegra duas vezes; a primeira pela funcionária do Arquivo Público do Estado da Bahia D. Edilza Espírito Santos. Que sensibilizada com a minha pesquisa e por saber que eu saía de Cachoeira para passar o dia pesquisando no arquivo, um dia me chamou na sala de obras raras e me perguntou se eu teria um *pen drive*, que ela queria me passar um arquivo. Prontamente retirei de meu bolso e a entreguei. Então ela contou que tinha o Inventário de Belchior Rodrigues de Moura na íntegra transcrito, pois, fora um pedido financiado há alguns anos atrás por uma pesquisadora norte-americana que não retornara para pegar. E ela sempre tivera vontade que alguém escrevesse sobre ele, já que considerava um material muito rico, e viu em mim a oportunidade que seu desejo fosse realizado.

A segunda vez que recebi o Inventário transcrito foi por e-mail; enviado pelo Babalorixá Cícero Neto, amigo, pesquisador e ex-funcionário do Arquivo Público, que após ler o artigo que publiquei pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, sob mesmo título do TCC me passou como material de apoio, além de outros materiais como passaportes de escravos, registros crimes, entre outros, que corroboraram para fechar algumas lacunas que o relato do escrivão no inventário não trazia detalhes.

A clipagem de material jornalístico sobre alguns fatos da época foram feitos ao tempo em que construía a narrativa. Cada data registrada no relato do escrivão procurava em jornais da época algum fato importante que acontecera naquele dia, ou apenas para saber que dia da semana seria a data naquele ano, qual o santo católico de devoção e outras peculiaridades. Com o auxílio do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia, em conjunto com o Relatório Anual do Governo da Província da Bahia construí análise biográfica de todos os nomes que aparecem no relato do Inventário, alguns de forma bem sucinta, apresentando apenas profissão e local de residência.

Construir microbiografias fora uma “necessidade” que procurava quando lia algumas obras biográficas que falam de personagens que se relacionam com os principais, mas não trazem informação alguma de quem eram aquelas pessoas, se partilharam do cotidiano ou apenas foi pontual para aquele fato. E nessa busca da construção de microbiografias das pessoas que se relacionaram com Maria da Motta encontrei diversos africanos e crioulos, advogados, juízes, médicos, professores, funcionários públicos, militares, etc. Africanos em posição “privilegiada” que nossos livros didáticos não relatam, por exemplo, a existência de africanos doutores na Bahia apenas reforça o maldito clichê

de escravos. Digo maldito, pois, visualizo o maçante conteúdo sobre a escravidão e a total inexistência de informações sobre os africanos e afrodescendentes como personagens importantes de nosso país, um mecanismo de extinguir nosso legado histórico.

Apresentar a história de Maria da Motta na narrativa do inventário, muitas vezes a mesma pode ser vista como vilã. Porém mesmo sendo anti-heróis as histórias dos brancos são contadas. Nós também temos os nossos anti-heróis africanos e afrodescendentes dos quais precisamos nos orgulhar. Tivemos o “Hobin Hood” baiano, o africano Jêje Lucas da Feira e vários heróis de guerra que a história omite. É preciso que escrevamos a nossa história como está sendo feito pelo historiador João José Reis, que está construindo livros biográficos de africanos que foram traficantes internacionais de escravos, mas também foram importantes para a formação cultural religiosa afro-brasileira.

Partes do inventário aparecem como citações no decorrer da narrativa, muitas vezes partes completas de petições. A intenção foi dar ao leitor o prazer de ter acesso à escrita “original”. Sabemos que uma transcrição pode ser considerada uma adulteração, pois não é o próprio material, mas a construção de um simulacro. Abstive-me em fazer comentários de diversos trechos transcritos, para não influenciar o leitor a seguir a minha linha de interpretação.

A produção da narrativa sobre Maria da Motta fora para mim e ainda é uma angústia. A cada vez que leio o que escrevi, acho que algo tenha de ser modificado, que falta alguma coisa, que tinha de haver algo para meu orientador salientar modificações. Angústia que era freada pelo meu Orientador, Fernando Conceição às vezes dizendo que era normal e outras vezes sendo mais incisivo me dando um literal; chega de mudança!

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRAGA, Júlio. Feitiçaria e Credulidade Pública. In: A Cadeira de Ogã e Outros Ensaios. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

GEERTZ. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTD, 1973.

ROCHA, P.M; XAVIER, C. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. Revista Rumores, número 14, volume 7, julho-dezembro 2013.

Referência bibliográfica de todo o conteúdo utilizado para a elaboração do Livro-reportagem.

APEB - “Inventário de Belchior Rodrigues de Moura”, (1855-1869), Série Judiciária, 2/602/1056/10.

APEB - Embargos. Agostinho (escravo/africano). Série Judiciária/cível 54/1924/23.

APEB - “Inventário de Luiz Borges de Carvalho” (1863). Série judiciária 2/534/980/8.

APEB - “Inventário de Joaquim Antônio da Silva”1847. Série Judiciária 51/1821/04.

APEB - “Inventário de Manoel Joaquim Ricardo 1865”. Série Judiciária 03/1393/1862/09; e 04/1457/1926/18.

APEB - “Inventário de Manoel Rodrigues de Moura” (1799-1800). Série Judiciária 02/716/1180/04.

APEB - Jozé Bernardino da Motta. Série Judiciária/execução 65/2333/19.

APEB - “Livro de Registro de Terras em Cachoeira” (1858). Série Judiciária 12/4677/66.

APEB – Ordens Régias/ Microfilme Vol. 14, doc. 72.

APEB - Província - Série Colonial/ cartas 2278, ano 1859.

APEB - Província. Série Colonial / cartas 2278, ano 1860.

Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia. (1854-1863).

Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia. (1858, Ed.0004).

ATHAY, J. Lopes de. Salvador e a Grande Epidemia de 1855. Salvador: CEB/UFBA,1985.

BRAGA, J. A Diversidade Compartilhada geradora da religião afro-brasileira. UFMG- Belo Horizonte, 2013.

BULCÃO, A. Titulares Baianos. Bahia: IHGB, 1946.

COLEÇÃO - Leis do Império 1841-1850.

COLEÇÃO - Leis do Império 1855.

CONCEIÇÃO, F. Milton Santos: uma biografia. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2016.

FAMEB. UFBA. Levantamento Nominal dos Formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA, 2008.

GEERTZ. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTD, 1973.

KRAAY, H. Os Companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na guerra do Paraguai. Bahia: Afro-Ásia, n.46, 2012.

IPAC– Caderno 2. A Irmandade da Boa Morte. 2 edição. Salvador: IPAC, 2011.

MILTON, Aristides A. Ephemerides Cachoeirana. Cachoeira: Tipografia própria, 1903.

MELLO, F.J. História da Cidade da cachoeira. Bahia: Radami, 2001.

NASCIMENTO, L.C. O Bitedô: onde moram os nagôs. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro IV, Título LXI. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/tabelas/ordenacoes/1-274-103-1451-04-04-61.pdf>

PESSOA, PICCINATO. Atlas de Centros Históricos do Brasil. Org. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PLANALTO. Constituição Imperial de 1824.

PODER LEGISLATIVO. Decreto nº 1235 de 19/09/1864 / D.O.U. 31/12/1864.

REIS, David Onildo. O Inimigo Invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-56. Salvador: UFBA, 1993.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2003.

REIS, João José. De Escravo a Rico Liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. São Paulo: USP, 2016.

SAMPAIO, Marcos G. Uma Contribuição à História dos Transportes no Brasil: Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894). São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, G. “Por Não Saber Ler Nem Escrever”: o que nos revelam os inventários post mortem sobre a educação da mulher oitocentista no Seridó (1870-1880). Caicó - RN: UFRN, 2016.

SEIXAS, R. Da Cholera-Morbus Epidêmica. Bahia: Escola de Medicina da Bahia, 1860.

SILVA, Edilberto. A regulamentação jurídica do matrimônio de escravos no Brasil (séculos XVIII e XIX): o direito canônico, o direito do estado e o silêncio da civilística.

In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 150, jul. 2016. Disponível em:

<[http://www.ambito-](http://www.ambito-
juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17419&revista_caderno=14)

[juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17419&revista_caderno=1](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17419&revista_caderno=14)

[4](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17419&revista_caderno=14)>. Acesso em maio 2017.

SILVA, M.A. Sinhá Preta: um estudo das relações sociais em Cachoeira Bahia. São Paulo: anais do III Congresso Internacional de História e Literatura Latino-americana e Caribenha da PUC, 2016.